



Paisagens Transculturais: Rio de Janeiro e Brasília como Patrimônios da Humanidade inscritos pela UNESCO

Transcultural Landscapes: Rio de Janeiro and Brasília as Cultural Heritage Sites of Humanity inscribed by UNESCO

Dinah Tereza Papi de Guimaraens, Professora Associada IV, PPGAU-EAU/UFF

dinahguimaraens@id.uff.br

Número da sessão temática da submissão – []

Resumo

Objetivo: Brasília, capital republicana de 1960, se aproxima da violência cotidiana do Rio de Janeiro, hoje refém da milícia e do narcotráfico. Como patrimônios da UNESCO, um projeto moderno de capital se contrapõe à arquitetura neoclássica do centro carioca. Metodologia: Como modelo arquitetônico panóptico, Brasília foi ocupada por vândalos civis que invadiram o Congresso Nacional sob estímulo do ex-presidente Bolsonaro, com ameaça de golpe militar no dia 08/01/2023, após a posse de Lula em 01/01/2023. Conclusão: Supõe-se que a forma arquitetônico-urbanística das duas capitais federais sejam gramaticais com modelos de centralização e descentralização políticos ao longo do tempo.

Palavras-chave: Patrimônio; Transculturalidade; Virtualidade

Abstract

Objective: Brasília, the republican capital of 1960, comes closer to the daily violence of Rio de Janeiro, today hostage to the militia and drug trafficking. As UNESCO heritage sites, the modern capital project contrasts with the neoclassical architecture of the center of Rio de Janeiro. Methodology: As a panoptic architectural model, Brasília was occupied by civilian vandals who invaded the National Congress under the encouragement of former president Bolsonaro, with the threat of a military coup on 01/08/2023, after Lula's inauguration on 01/01/2023. Conclusion: It is assumed that the architectural-urbanistic form of the two federal capitals is grammatical with models of political centralization and decentralization over time.

Keywords: *Patrimony; Transculturality; Virtuality*

1. Introdução: Centros de Poder e Patrimônios da Humanidade pela UNESCO



Figura 1: Revista para divulgação de eventos da nova capital (1956).
Fonte: Belo Horizonte: Editores Bloch S/A

Construída a partir do projeto do Plano Piloto de Lucio Costa, Brasília foi reconhecida, mundialmente, pela UNESCO, como Patrimônio da Humanidade em 11/12/1987. Projetada pelo traço de Oscar Niemeyer, entre 1957 e 1960, representa ela um projeto nacional de modernização do país, conduzido pelo então presidente Juscelino Kubistchek/JK. A capital brasileira foi inscrita no Livro do Tombo Histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 14/03/1990. A inscrição do Plano Piloto de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial se deveu, sobretudo, à sua singularidade, à manutenção de seus princípios fundadores e ao caráter universal de sua concepção. O tombamento do conjunto urbanístico de Brasília pelo Governo Federal e pelo Governo do Distrito Federal revela, no entanto, um caráter específico por ser essencialmente urbanístico e não arquitetônico.

As bases para a proteção federal (tombamento histórico) da concepção urbana da cidade pelo IPHAN foi, portanto, antecipada a partir da anterior inscrição do Plano Piloto de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1987. O que se buscou preservar eram as características e a articulação de quatro escalas: monumental, residencial, bucólica e gregária, estabelecidas, posteriormente, pela Portaria IPHAN nº 314, de 08/10/1992. A superquadra se tornou, assim, uma das mais importantes contribuições da arquitetura brasileira à história do urbanismo mundial (Reis, 2015). [1]

Já a Linha de Registro do Rio de Janeiro pela UNESCO, em 01/07/2012, foi enquadrada na tipologia de primeira Paisagem Cultural Urbana a ser titulada mundialmente, sendo integrada por quatro componentes, desde a Zona Sul do Rio de Janeiro ao ponto oeste de Niterói, no Grande Rio. Engloba tal linha o Maciço da Tijuca, com afloramentos rochosos como Corcovado, Pão de Açúcar e Morro do Pico. Inclui, também, áreas onde a paisagem da orla vem sendo agenciada ao longo dos séculos para erigir fortificações como na entrada da Baía de Guanabara com fortes históricos, ou para propiciar instalações de lazer como Passeio Público, Parque do Flamengo e Praia de Copacabana (Cury & Hoyuela Jayo, 2018). [2]

Ao assumir o poder, pela terceira vez, como 39º presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, publicamente, seu compromisso com uma descentralização política que foi proposta, historicamente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1980. Sua posse assumiu uma feição assertiva social, jamais vista anteriormente, desde a subida da rampa do Palácio do Planalto, em 01/01/2023. Esse evento emblemático foi influenciado pela postura decolonial de membros do comitê de transição presidencial para representar a diversidade

cultural brasileira. Representantes do povo brasileiro selecionados foram o cacique e ativista ecológico Kayapó Raoni Metuktire; uma coletora de lixo integrante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); um nadador da periferia de São Paulo; uma personalidade de redes sociais e ativista da justiça social do RN; um professor curitibano; uma cozinheira da Associação dos Empregados da Universidade Estadual de Maringá/RS; um metalúrgico e um integrante do movimento Lula Livre. Como Jair Bolsonaro se recusou a passar a faixa presidencial ao seu opositor, esta acabou sendo colocada no ombro de Lula por Aline Sousa, coletora de lixo.



Figura 2: [[Imagem:01.01.2023 - Solenidade de Posse Presidencial 39º presidente do Brasil (52621120912).jpg|thumb|180px|Legenda]]. 01.01.2023 - Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como 39º presidente do Brasil. Fonte: Ricardo Stuckert/PR

2. Procedimentos Metodológicos: Novo Espaço Público de Megacidades Brasileiras

Na avaliação da eficácia de políticas públicas e privadas de intervenções urbanas, o conceito de planejamento comunicativo | colaborativo (Habermas, 2003) [3] é entendido como um poder criador de consenso na conversação argumental. Se a gestão urbana progressista precisa ser “um governo para todos”, as desigualdades estruturais características da sociedade brasileira do capitalismo tardio conduzem à adoção da perspectiva dos desprivilegiados que orienta os rumos de um urbanismo comprometido com ideais de justiça social (Habermas, 2010). [4]

A lógica projetual modernista de Brasília é comparada àquele modelo neocolonial e neoclássico do centro urbano carioca, a partir da obra de Bernard Tschumi (2010) [5] com seu conceito-forma. O mote desconstrutivista de “ler a arquitetura como texto” representa o cerne do pensamento pós-moderno da revolução digital e da possibilidade aberta pelo computador de converter qualquer informação (texto, som, imagem, vídeo) em uma linguagem universal (Santaella, 2003). [6] Decorre o novo espaço público descentralizado das megacidades brasileiras, agora politizado e estetizado, do crescimento acelerado de tecnologias comunicacionais e da cultura midiática responsável pela transnacionalização das culturas, deslocamentos, contradições e desenhos urbanos móveis de uma heterogeneidade pluritemporal e espacial a partir de meados de 1990. (Lipovetsky & Serroy, 2015). [7]

A partir das manifestações de rua de 2013, chegando ao seu auge espetaculoso no golpe malsucedido de 08/01/2023, eclodiram forças coletivas divulgadas pelas redes sociais indicando que, como sugeriu Pierre Lévy (1996), [8] o espaço virtual é um espaço real. A questão fundamental é, então, a seguinte: “Como as redes virtuais criam um mundo digital real e produzem uma nova imagem política e estética descentralizada de um Brasil urbano contemporâneo?” Eclodiram forças coletivas divulgadas pelas redes sociais, desaguando na ocupação do espaço público de grandes centros urbanos e de portas de quartéis militares, pelo



país todo, por partidários de Bolsonaro descontentes com a vitória do presidente Lula da Silva anunciada, em 30/10/2022, com 50,90% dos votos. Esse evento traumático representou uma verdadeira tentativa de golpe de hordas civis que invadiram o Congresso Nacional, em 08/01/2023, exigindo a volta da ditadura militar no Brasil.

Que novo espaço urbano era esse, engendrado por redes sociais como o Instagram, o Facebook e o Twitter, definindo a participação de uma nova classe média de jovens sem teto (MTST) e sem shoppings? [9] Entende-se o shopping center como invenção de meados do século XX que representa um espaço de espetáculo, vigilância e controle, sob auspícios de incorporadores astutos que escolhem criteriosamente sua localização segundo análises demográficas e econômicas sofisticadas, assim como um mix de lojas e outras atividades, com a finalidade de aumentar vendas e atingir públicos específicos com tipos específicos de mercadorias (Ghirardo, 2009). [10]

Se a cidade do Rio de Janeiro tem sido um lócus de poder desde o Brasil-Colônia, passando pela cidade monárquica até chegar à cidade republicana, sua imagem se formou a partir de grupamentos humanos díspares, se encontrando estilizada na atualidade pelos movimentos populares urbanos por melhores condições de moradia, trabalho, saúde, educação e mobilidade urbana. Nos grandes centros urbanos, em torno de 10% dos índios residem em áreas faveladas.

Dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 afirmavam que pelo menos 338 índios residiam em áreas consideradas aglomerados informais ou subnormais (favelas). O número representava 9,7% da população total de indígenas (3.475) que viviam nas cidades. Embora esse percentual fosse expressivo, se acredita que, na realidade, havia muito mais indígenas vivendo em comunidades em risco social do Rio de Janeiro. Por estarem identificados com as classes mais baixas da população, esses indígenas ocupam parcelas informais de favelas e as franjas de áreas rurais próximas da capital carioca, tais como a Baixada Fluminense, a Zona Oeste e os subúrbios cariocas.

Novos resultados do Censo Demográfico de 2022 revelaram que 1.693.535 indígenas habitavam no país, o que representa 0,83% da população nacional. Em 2010, o número era de 896.917 ou 0,43% do total de residentes. A valorização das identidades indígenas ganhou força entre as décadas de 1970 e 1980, tendo a promulgação da Constituição Federal de 1988 representado um marco nesse processo social, com as pessoas se sentindo mais encorajadas a afirmar que pertenciam a determinados povos ou etnias, mesmo vivendo fora de terras indígenas. Dessa forma, o Censo identificou a ampliação no número de pessoas vivendo em terras indígenas em diversas regiões do país (Queiroz, 2023). [11]

3. Resultados: Novo Espaço Participativo Virtual Urbano

Brasília, como cidade modernista ocupada pelo poder oficial burocrático, revela em seu projeto do Plano Piloto uma forma antropomórfica com a própria sociedade brasileira, vista a partir do instrumental crítico foucaultiano da arqueologia do saber (FOUCAULT, 2002) [12] e da oposição entre espaço liso (nômade) e espaço estriado (sedentário), que define um modelo tecnológico como paradigma platônico da ciência “régia” ou da arte de governar os homens ou de exercer o aparelho de Estado (Deleuze & Guattari, 1997). [13]

Lógicas projetuais do desenho urbano surgem, assim, como responsáveis pelo estabelecimento de espaços de exclusão socioeconômica e de esquemas disciplinares de controle público-privado nas megacidades brasileiras. Como modelo arquitetônico panóptico, composto por espaços lisos-estriados, Brasília foi ocupada por vândalos civis que invadiram o



Congresso Nacional, sob o beneplácito do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, chegando às raias de uma real ameaça de golpe militar no dia 08/01/2023, quando edifícios modernos, obras de arte e o próprio espaço público federal foram destruídos, em um episódio midiático nunca visto no país.

Exploram-se lógicas projetuais do desenho urbano como responsáveis por espaços de exclusão socioeconômica e de esquemas disciplinares de vigilância e de controle público-privado nas megacidades brasileiras. Pretende-se contrapor a ocupação do território do Planalto Central de Brasília, como nova capital republicana na década de 1960, com a violência cotidiana do Rio de Janeiro na atualidade, comparando o projeto moderno de capital, através de seus espaços de poder e de atualização de uma suposta cidadania, com a feição da arquitetura neocolonial e neoclássica do centro do Rio de Janeiro, hoje refém da milícia e do narcotráfico.

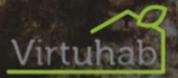
Supõe-se, portanto, que a forma arquitetônico-urbanística das duas capitais federais brasileiras sejam gramaticais com os modelos de centralização e descentralização políticos vigentes ao longo do tempo, desde a implantação da Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro e sua ocupação no século XVI – tendo sido fundada pelos portugueses, em 1565, junto ao Morro Cara de Cão, marco delimitador ocidental da barra da Baía de Guanabara (Sisson, 2008) [14] – até o novo modelo de capital utópica (Capital da Esperança ou NOVACAP) de Brasília pela dupla modernista Costa-Niemeyer e seus estreitos colaboradores em paisagismo e artes plásticas Burle Marx, Portinari, Bruno Giorgi, Volpi, Athos Bulcão etc

A arquitetura modernista de Lucio Costa-Oscar Niemeyer é vista sob a ótica da ocupação pela turba ignara dos miseráveis da nação, revelando que o sonho igualitário de uma cidade socialista foi para o brejo e a força exercida pelo patronato político da elite burocrática descrita por Raymundo Faoro (1984) [15] não conseguia mais se esconder dentro de espaços contingentes, anteriormente inexpugnáveis. A partir da oposição entre verdade e política, discutida por Hannah Arendt (1995) [16], se poderia contextualizar, eventualmente, a truculência de golpistas *lumpenproletariat* que foi revelada, em tempo real, pela mídia digital na ocupação de Brasília em 08/01/2023, bem como pela necessidade de intervenção no Rio de Janeiro por tropas militares, após a depredação do centro urbano carioca em 23/10/2023, com comando expresso das milícias.

O novo espaço público das megacidades brasileiras, agora politizado e estetizado, decorre principalmente do crescimento acelerado de tecnologias comunicacionais e da cultura midiática responsável pela transnacionalização das culturas, deslocamentos, contradições e desenhos urbanos móveis de uma heterogeneidade pluritemporal e espacial a partir de meados de 1990. Desde junho de 2013, eclodiram forças coletivas divulgadas pelas redes sociais brasileiras indicando que, como sugeriu Pierre Lévy (1996), [17] o espaço virtual é um espaço real.

Quer-se, então, desvendar o espaço participativo urbano definido pela atuação de uma nova classe média articulada por redes virtuais que valorizam a diversidade cultural e pelas inevitáveis repercussões políticas decorrentes da ocupação de Brasília por vândalos no início de 2023 e do Rio de Janeiro pelas forças militares em outubro do mesmo ano, após a depredação popular engendrada pelas narcomilícias.

No caso específico do golpe pró Bolsonaro de 08/01/2023, proferido contra o patrimônio público da capital federal, ocorreu a instauração de uma CPI dos Atos Golpistas cujo relatório final recomendou o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em quatro crimes, entre eles a tentativa de golpe de estado, ao lado de mais 60 civis envolvidos no vandalismo. O encaminhamento desse relatório à Procuradoria-Geral da República (PGR) para sua deliberação final conduziu, finalmente, às devidas punições aos golpistas pelo governo Lula da Silva (PT). Tal foi o caso de Antônio Cláudio Alves Ferreira, um mecânico bolsonarista que destruiu um raro relógio do Supremo Tribunal Federal (STF) a 17 anos de prisão por crimes como golpe de Estado e associação



criminosa armada. Ele e outros réus também foram condenados a pagar R\$ 30 milhões em indenizações coletivas ao estado brasileiro. [18]

4. Discussões: Centralidade Colonial, Monárquica e Republicana

Dentro de uma lógica transcultural (Guimaraens, 2016) [18] relacionada às transformações ocorridas na junção de culturas distintas, se estende o alcance do saber acadêmico em arquitetura e urbanismo, ampliando a discussão para o campo da filosofia, da antropologia e das tecnologias digitais, de forma a encontrar soluções viáveis para o impasse de megacidades brasileiras e latino-americanas quanto à ocupação do espaço público. A qualidade de vida urbana carioca se encontra ameaçada pela onda de violência exacerbada, sem precedentes, ora vigente em favelas cariocas e nas periferias da Baixada Fluminense, indicando a falência de um modelo neoliberal de poder público que entende a cultura somente como comoditização (Brandt, 2003). [19]

Marcos edificadores da centralidade urbana, representativos do poder colonial e imperial no Rio de Janeiro em edifícios ecléticos são, outrossim, instauradores de uma centralidade espacial, coroando uma trama viária de traçado centrado, orgânico e informal e exercendo sua dominância sobre uma área urbanizada de modestas dimensões e de população reduzida nos séculos XVI e XVII, levando a cidade a coincidir com seu próprio centro (Sisson, 2008). [20]

Por ironia do destino, é exatamente esse mesmo centro urbano carioca, marcado pela violência colonial portuguesa de uma política de extermínio indígena na ocupação predatória de aldeias Tupinambá ali existentes e pelos indícios de um escravismo revelado por pelourinhos que mapeiam os sítios de igrejas, mosteiros e casas de moradia e comércio da elite local, que hoje abriga hordas de moradores em situação de rua e irrupções sociais violentas como furtos de celulares, assaltos a mão armada e queima de ônibus públicos, durante manifestações populares de repúdio a um Estado desregulado e inoperante socio-politicamente.

O recôncavo da Guanabara, onde existiam dezenas de aldeias indígenas antes da chegada dos europeus, foi retalhado em sesmarias para a ocupação de engenhos de cana-de-açúcar desde meados do século XVI, com três dos quatro morros que marcavam os limites do centro urbano carioca tendo sido ocupados no final daquele século por ordens religiosas: o do Castelo pelos jesuítas; o de São Bento pelos beneditinos e o de Santo Antônio pelos franciscanos, pouco sobrando das antigas aldeias.

Um levantamento parcial realizado por Jean de Léry (1980: 1577), [21] ao aportar na baía de Guanabara no século XVI, computou ali a existência de cerca de 32 aldeias Tupi, entre 1550 e 1560. A primeira aldeia por ele listada era a *Kariók* ou *Káriog*, situada no sopé do morro da Glória, na foz do rio Carioca, que era um rio sagrado dos Tamoio ou Tupinambá. Em outra foz mais caudalosa do rio Carioca, na praia do Flamengo, se situava a aldeia *Urusúmirim* ou *Abruçumirim*. O Pão-de-Açúcar se encontrava cercado por aldeias, três situadas ao lado do Morro da Babilônia, em Copacabana: as aldeias *Jaboracyá*, *Eyramiri* e *Panauçú*. Quase em frente ao penedo, ficavam as aldeias *Japopim* e *Ura-uassú-ué*. A aldeia *Okarantim* se localizava entre o Pão-de-Açúcar e o Morro da Viúva. No caminho para o rio Carioca, se encontrava a aldeia *Tantimã*.

Na Barra da Tijuca, aparecia a aldeia *Guiraguadú-mirim*. A Aldeia *Maracajá* era ocupada na ilha do Fundão pelos Temiminó. As aldeias *Katituá*, *Kiriri*, *Anaraú* e *Purumuré* ocupavam os morros de Santa Tereza e Santo Antônio. Os subúrbios ao longo da Central do Brasil

contavam com centenas de aldeias como as de *Pavuna, Irajá, Catiú, Savigahy, Taly, Uepeé, Itauá, Uery, Acorosó, Margavia, Sarapú, Iraramem e Sapopema*. Do outro lado da baía de Guanabara, se situavam as aldeias de *Icarai, Itauna, Nurucuné, Arapatué, Urupué, Uraramery e Caranacuy*, entre muitas mais que foram registradas em documentos históricos (Bessa Freire & Malheiros, 1997). [22]

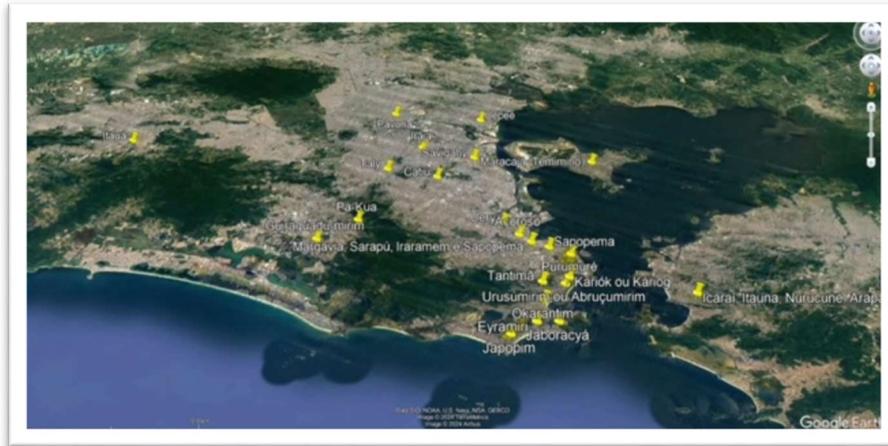


Figura 3: Localização de aldeias Tupinambá na Baía de Guanabara. Fonte: José Antonio Hoyuela Jayo (2024).

Relatos da época revelam que a população de cada aldeia Tupinambá variava entre 500 e 3.000 indígenas, com centenas de tabas ocupando cada aldeia. Os indígenas presentes na corte do Rio de Janeiro realizavam serviços domésticos, biscates na construção civil e em obras públicas, no Arsenal da Marinha, na pesca da baleia, como marinheiros e remeiros, constituindo uma horda de indivíduos desfigurados que vagavam pelas vendas e tabernas da Candelária, Santa Rita e São José, entrando em conflito com a polícia. Indígenas Botocudo, vindos do sertão de Itaboraí, foram escravizados e registrados por cientistas como Spix e Martius e artistas como Debret e Rugendas, que detectou indígenas no Largo do Paço Imperial, no cais de desembarque que ali estava localizado, quando da chegada da família imperial portuguesa em 1808 (Bessa Freire & Malheiros, 1997). [23]

Os Tupinambá tiveram sua hostilidade contra os portugueses enfatizada como sendo “bárbaros inimigos” desde o século XVI, justificando uma “guerra justa” arrasadora que se lhes poderia mover pelo Regimento Tomé de Souza, em 1548: “(...) destruindo-lhes suas aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para seu castigo e exemplo” (Carneiro da Cunha, 1992). [24] As recomendações para a destruição total de “bárbaros indígenas” eram numerosas no século XVII e começo do século XVIII, falando de guerra rigorosa contra os inimigos, de preferência até sua extinção, assim como justificando a escravização de “bárbaros hostis”. Com Bonifácio, a questão indígena havia sido pensada dentro de um projeto político mais amplo, de influência pombalina, porém acrescido de princípios éticos, tratando-os com justiça e reconhecendo as violências cometidas contra eles.

Seu projeto, denominado *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil* (18/06/1823), que fazem companhia à sua *Representação contra a escravatura*, continha recomendações para se estabelecer um Plano Geral de Civilização dos Índios, reconhecendo-os como “legítimos senhores” de suas terras. Tal proposta modernizadora acabou sendo vencida pelas oligarquias locais após a abdicação forçada de D. Pedro I, passando as Assembleias Legislativas Provinciais a legislar sobre a catequese e a civilização indígena, conjuntamente com a Assembleia e o Governo Geral. O Ato adicional de 1834 permitiu iniciativas anti-indígenas, com expedições ofensivas contra indígenas e quilombolas tendo lhes oferecido alternativas não prestigiosas de serem expulsos de seus territórios e suas lavouras queimadas

para ali não mais retornarem, se aceitassem; caso contrário, seriam mortos e os prisioneiros escravizados (Carneiro da Cunha, 1992). [25]



Figura 4: Oca xinguana. Campus da Praia Vermelha/UFF (2014). Fonte: Dinah Guimaraens

5. Planejamento Colaborativo e o Caminhar Urbano

O texto se baseia no conceito de planejamento comunicativo | colaborativo (Habermas, 2010) [26] que representa um instrumental teórico por excelência a ser empregado aos espaços públicos ocupados pelos movimentos de rua. De forma a vislumbrar o novo espaço participativo urbano criado nas cidades de Brasília e Rio de Janeiro, se adota a proposta metodológica de andar à toa (Careri, 2013) [27] ou do caminhar como forma de criar paisagens, indicando um método de intervenção ou de prática estética que resulta em uma cartografia urbana gráfico-visual. Roteiros de um caminhar urbano buscam, então, definir quais seriam os espaços eleitos pela mídia digital para serem percorridos, ocupados, interferidos e reproduzidos em imagens gravadas, televisionadas e divulgadas pela internet.

Esses espaços públicos de ocupação cultural e de participação sociopolítica podem ser vistos segundo seus modelos de design, ocupação e gestão urbana para desvendar novas narrativas e novas normativas de invenção das megacidades brasileiras sob a égide do mundo real virtual das redes sociais inventadas por ninjas, vândalos mascarados ou não, hackers e demais ativistas urbanos. A morfologia urbana (Del Rio, 1990), [28] baseada no conceito de geografia urbana do meio-ambiente (*environment*) ou em um comportamento ambiental que antecede os estudos sobre desenho ambiental ou sobre arquitetura de paisagem como paradigma ecológico, indica aqueles dilemas de apreciação pós-modernos de paisagens simbólicas (Meinig, 1979), [29] que aparecem interligadas à produção morfológica do espaço público de Brasília e do Rio de Janeiro.

Conflitos urbanos expressam, dessa maneira, uma preocupação com a história do ambiente construído e o emprego de precedentes históricos em design, relacionando passado e presente para falar da interação humana com os artefatos públicos envolvidos na violência urbana que é divulgada através da mídia digital. Estaríamos vivendo um momento de transvalorização cultural, em que a classe que não tem nada a perder senão seus grilhões derruba a classe que monopoliza os meios de vida material e mental (Hall, 2006)? [30]

Movimentos de rua são provocadores ao romper o isolamento rácio-social que as elites impuseram aos negros e mestiços das classes menos abastadas: ao invés de circular tranquilamente, com um comportamento típico das classes mais abastadas da população, a identidade periférica de jovens em movimento parece se afirmar como produtores de nova forma de política cultural, sem ideologia aparente a não ser aquela de um vandalismo conspícuo.

O próprio futuro do espaço público participativo das cidades brasileiras está mudando de lugar, devido às agruras socioeconômicas decorrentes de um consumo desenfreado, que permite o acesso de todos à tecnologia digital e que estabelece uma comunicação virtual, em tempo real, entre pobres e ricos no espaço público. A difusão dos espaços de circulação e de consumo de massas, responsável pelas manifestações de rua, compatível com certo anonimato dos não-lugares (Augé, 1992), [31] não impede, no entanto, a formação de microgrupos resistentes em seu seio.

Ocorre uma crescente extraterritorialidade de grupos e multidões de indesejáveis, ou dos fora de lugar em campos, centros de trânsito ou guetos. Identidades locais conseguem se enraizar do nada, criando um espaço de reflexões e de ações entre cidade nua e cidade densa que se mascara, se teatraliza, se pinta, desfila e escreve/grita slogans de protesto (Agier, 2011). [32] Como conclusão, se destacam as seguintes questões crítico-teóricas: Como redes virtuais criam um mundo digital real e produzem novas imagens de uma sociedade espetacularizada, se expressando na ocupação das duas capitais na última eleição presidencial de 2022, em que a sociedade brasileira se revelou repartida em metades politicamente antagônicas? Como o golpe de 08/01/2023 e a depredação do Congresso Nacional por hordas de vândalos civis revela uma lógica da espetacularização na sociedade do capitalismo tardio?



Figura 5: Estética *kitsch* como carnavalização da sociedade brasileira. Santa Cruz/ RJ. Fonte: Lauro Cavalcanti (1978)

Referências

- [1] REIS, C. M. (Org.) *Superquadra de Brasília, preservando um lugar para viver*. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2015.
- [2] CURY, I. & HOYUELA JAYO, J. A. As paisagens cariocas no âmbito dos tombamentos federais: propostas para seu ordenamento e gestão. *Anais do 5º colóquio ibero americano da paisagem cultural: patrimônio e projeto*. Belo Horizonte, PPG-ACPS (UFMG) e IEDS, IPHAN e ICOMOS Brasil, 2018.
- [3] HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
- [4] HABERMAS, J. *Obras Escolhidas. Volume I. Fundamentação Linguística da Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 2010.
- [5] TSCHUMI, B. *EVENT-CITIES 4: Concept-Form*. Cambridge, Massachusetts; London, England, The MIT Press, 2010.
- [6] SANTAELLA, L. *Culturas e Artes do Pós-Humano: Das Culturas das Mídias à Cibercultura*. São Paulo, Paulus, 2003.
- [7] LIPOVESTSKY, G. & SERROY, J. *A Estetização do Mundo: Viver na Era do Capitalismo*



Artista. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

- [8] LÉVY, P. *O Que é o Virtual?* São Paulo, Editora 34, 1996.
- [9] FARAH, Tatiana, Shopping Centers fecham as portas para impedir manifestação de sem-teto em SP. *O Globo*, 16/01/2014. <https://oglobo.globo.com/politica/shopping-centers-fecham-as-portas-para-impedir-manifestacao-de-sem-teto-em-sp-11320434>. A matéria fala sobre jovens de periferias do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), que invadiram shopping centers de São Paulo propondo um rolezão social, em 2014, ao protestar contra a repressão, pela justiça paulista, dos rolezinhos que tomaram os shopping centers da cidade.
- [10] GHIRARDO, D. *Arquitetura Contemporânea: Uma História Concisa*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- [11] QUEIROZ, C. Censo traz dados inéditos de populações quilombolas e indígenas. São Paulo, *Revista Fapesp*, edição 331, set. 2023.
- [12] FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- [13] DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5*. São Paulo, Editora 34, 1997.
- [14] SISSON, R. E. F. *Espaço e Poder: Os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da corte portuguesa*. Rio de Janeiro, Arco/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008, p. 14.
- [15] FAORO, R. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 6ª ed., 2 vols, 1984.
- [16] ARENDT, H. *Verdade e Política*. Lisboa, Relógio d'Água, 1995.
- [17] LÉVY, P., *in op. cit.*
- [18] SAMPAIO, Henrique. 8 de janeiro: 'Abraço da democracia' e devolução de obras históricas marcam programação do evento. *Estadão-Política*, 06/01/2025, 11.01. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/>. Acesso em 08/01/2025.
- [19] GUIMARAENS, D. (Org.) *Estética Transcultural na Universidade Latino-Americana: Novas Práticas Contemporâneas*. Niterói, Eduff, 2016.
- [20] BRANDT, L. (Org.) *Políticas Culturais. Vol. 1*. Barueri, São Paulo, Manole, 2003.
- [21] SISSON, R. E. F., *in op. cit.*
- [22] LÉRY, J. de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1980.
- [23] BESSA FREIRE, J. R & MALHEIROS, M. F. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Programa de Estudos dos Povos Indígenas, Departamento de Extensão/SR-3/UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p.13-15.
- [24] BESSA FREIRE, J. R & MALHEIROS, M. F., *in op. cit.*, p. 69-73.
- [25] CARNEIRO DA CUNHA, M. M. (Org.) *História dos Índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/FAPESP/SMC, 1992, p. 126.
- [26] CARNEIRO DA CUNHA, M. M., *in op. cit.*, p. 138.
- [27] HABERMAS, J. *Obras Escolhidas. Volume I. Fundamentação Linguística da Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 2010
- [28] CARERI, F. *Walkscapes: O Caminhar como Prática Poética*. São Paulo, Gustavo Gili, 2013.



- [29] DEL RIO, V. *Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo, PINI Editora, 1990.
- [30] MEINIG, D.W. (Ed.) *The Interpretation of Ordinary Landscapes – Geographical Essays*. New York, Oxford, Oxford University Press, 1979.
- [31] HALL, S. *Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- [32] AUGÉ, M. *Non-lieux. Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*. Paris, Seuil, 1992.
- [33] AGIER, M. *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.